



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Em Janeiro do corrente ano, apresentei uma interpelação escrita ao Governo sobre o seguinte: se o Governo já tinha efectuado estudos sobre os impactos resultantes da suspensão dos planos de imigração por investimento em muitos países e regiões, e se o Governo ia efectuar uma avaliação global da política de fixação de residência por investimento. Mas, lamentavelmente, na resposta àquela interpelação, refere-se apenas o seguinte: “o nosso Instituto está muito disposto a ouvir as opiniões dos diversos sectores da sociedade, a optimizar de forma contínua os trabalhos relativos à fixação de residência por investimento e a aperfeiçoar o respectivo regime”, sem se responder às questões acima mencionadas.

Quanto às questões relativas à divulgação e ao aumento de transparência dos critérios de apreciação e autorização dos pedidos de fixação de residência por investimentos relevantes, e dos pedidos dos quadros dirigentes e técnicos especializados, na resposta consta apenas o seguinte: o actual regime de fixação de residência por investimento “regulamenta os critérios de apreciação e autorização dos referidos dois tipos de pedidos”, sem se ter divulgado as respectivas análises e critérios de apreciação e autorização.

A política de fixação de residência por investimento já entrou em vigor há 20 anos, e os respectivos objectivos e requisitos de requerimento encontram-se desactualizados desde há muito. A sociedade manifestou há já muito tempo, e claramente, as suas opiniões, tendo solicitado ao Governo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

para proceder quanto antes à avaliação da respectiva política e colmatar as lacunas. No entanto, é lamentável que o Governo tenha desleixado esse assunto ao longo de muitos anos, visto que, para além do pedido de imigração por aquisição de imóveis, que foi suspenso em Abril de 2007 devido à reacção da sociedade, os outros dois tipos de pedidos mantêm-se e os respectivos requisitos nunca sofreram significativos ajustamentos. Assim sendo, onde está então a dita optimização contínua? Ainda mais, até evitou responder se houve ou não uma avaliação e se foram efectuados estudos, tomando uma atitude esquiva e desviadora.

Face ao exposto, interpelo mais uma vez o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de forma clara e concreta, sobre o seguinte:

1. O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau afirmou que está muito disposto a ouvir as opiniões dos diversos sectores da sociedade, a optimizar de forma contínua os trabalhos relativos à fixação de residência por investimento e a aperfeiçoar o respectivo regime. No entanto, têm sido ignoradas as exigências da sociedade relativas à realização, quanto antes, de uma avaliação da respectiva política e ao colmatar das lacunas, isto é, continua sem ser efectuada até ao momento uma avaliação e optimização global do regime de fixação de residência por investimento, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico de Macau. Mas porquê?
2. O Governo da RAEM já efectuou estudos sobre quais são os impactos resultantes da suspensão dos planos de imigração por investimentos em muitos países e regiões, especialmente em Hong Kong, e quais



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

são os resultados?

3. O Governo da RAEM deve suspender a recepção de pedidos de fixação de residência por investimentos relevantes, que servem principalmente para atrair o investimento de capitais, assim como pedidos de fixação de residência por investimentos dos quadros dirigentes e técnicos especializados, que carecem de critérios claros e específicos. O Governo deve avaliar e ajustar de forma global os critérios concretos, os requisitos e os regimes de pontuação daqueles dois planos, bem como criar um mecanismo de apreciação e autorização transparente, e só após isto tudo é que deve aceitar novamente os respectivos pedidos, por forma a poder atrair efectivamente os capitais, planos e talentos de que a RAEM precisa para o seu desenvolvimento. O Governo vai fazer isto?

2 de Junho de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Lei Cheng I